



QUANDO UMA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO ENTRA EM JOGO E ROMPE COM UMA TRADIÇÃO PEDAGÓGICA CONTRUÍDA AO LONGO DE 40 DECÁDAS

Alessandra Amaral da Silveira¹

Eixo temático 1: Alfabetização e políticas públicas

Resumo: Este texto tem o objetivo de compreender porque a Política Nacional de alfabetização (PNA, 2019), elaborada e implementada pelo/no governo Bolsonaro (2019-2022) causou tanta indignação sob os principais pesquisadores e estudiosos no campo da alfabetização brasileira. Para isso, foram analisados os documentos *Caderno da PNA (2019)* e os oriundos do *posicionamento da Associação Brasileira de alfabetização (ABALF)*, especificamente, a *Carta aberta do IV Congresso de Alfabetização (IV CONBALF, 2019)*, *Moção pela revogação da política nacional de alfabetização e seus desdobramentos (ABALF, 2022)*. Tendo como inspiração a ontologia hermenêutica de Hans-Georg Gadamer com ênfase os conceitos de tradição, preconceitos e fusão de horizontes que contribuíram na análise documental. Diante disso, nos posicionamentos analisados fica evidenciado que houveram inúmeras tentativas de diálogo, porém não sendo atendidas pelo órgãos do governo federal. Na contramão disso, fica explícito no decorrer do caderno da PNA (2019) que muitos especialistas estrangeiros foram consultados como, por exemplo, Gombert (França), Beard (Inglaterra), Ehri (EUA), Snow (EUA). Assim, demarca o que Macedo (2022) denuncia como sendo de cunho reducionista e de colonidade que torna-se característica da PNA (2019). Outra questão que emerge dos posicionamentos, e que está vinculada a falta de diálogo e o caráter de imposição da política. Diante disso, foi possível explicar que PNA (2019) nega a tradição pedagógica que vem a 4 décadas se consolidando no Brasil em nome de uma cientificidade que foi importada e que busca solucionar com um determinado método todos os problemas da alfabetização.

Palavras-chaves: Política Nacional de Alfabetização; posicionamentos ABALF; alfabetização; diálogos; imposições.

Introdução

Este texto tem o objetivo de compreender porque a Política Nacional de alfabetização (PNA, 2019), elaborada e implementada pelo/no governo Bolsonaro (2019-2022) causou tanta indignação sob os principais pesquisadores e estudiosos no campo da alfabetização brasileira?. Para isso, os conceitos de tradição, preconceitos e fusão de horizontes que estão na base da ontologia hermenêutica de Hans-Georg Gadamer irão contribuir no decorrer deste

¹Doutora em Educação (UFPel/RS). Professora na rede municipal do Rio Grande/RS. Pós-doutorado no PPGEdu (FURG/RS) ale82amaral@yahoo.com.br

análise. No entanto, não trata de um estudo hermenêutico, mas de inspiração, pois busca a partir dos conceitos tradição, fusão de horizontes e preconceitos compreender ao mal-estar causado pela PNA, a um determinado grupo da sociedade brasileira que vem se dedicando ao campo da alfabetização do país à no mínimo 40 anos. Em suma, cabe justificar a importância de analisar posicionamento da Associação Brasileira de alfabetização (ABAlf), pois neles há a participação de integrantes dos 202 grupos de pesquisas² que estão devidamente cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil – CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), ou seja, pessoas credenciada no fazer do ensino, da pesquisa e extensão no país.

A PNA (2019) foi instituída no país por meio do Decreto Presidencial nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Sendo definida como “[...] uma política de Estado instituída para fomentar programas e ações voltados à alfabetização com base nas mais recentes evidências científicas, no intuito de melhorar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo absoluto e funcional no território brasileiro” (BRASIL/MEC, 2019, p.40). Tem como base científicas as ciências cognitivas com ênfase, especialmente, ao método fônico. Outro destaque acerca da referida política é que elucida os processos de alfabetização de países europeus (Portugal, França, Inglaterra) e norte-americanos (Estados Unidos) para comparar com o contexto educacional brasileiro e conseqüente buscar as “soluções milagrosas” (PERES, 2022) desenvolvidas por esses países e que devem ser aplicadas no Brasil, como fórmula para resolver os problemas no campo da alfabetização. Portanto, a PNA ressalta fortemente o caráter de colonizado e inferioridade que ainda permeia o cenário político e educacional atual e necessita do colonizador para solucionar as mazelas da colônia (MACEDO, 2022).

Para o desenvolvimento deste texto foi realizada a leitura dos documentos *Caderno da PNA (2019)* e os oriundos do *posicionamento da ABAlf*, especificamente, a *Carta aberta do IV Congresso de Alfabetização (IV CONBALf, 2019)*, *Moção pela revogação da política nacional de alfabetização e seus desdobramentos (ABALF, 2022)*. Conforme Sá-Silva; Almeida; Guindani (2009), “a pesquisa documental é um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação” (p.13).

De forma geral, nas palavras de Hermann (2002, p. 09), a hermenêutica filosófica propõe “[...] tematizar a compreensão como modo fundador da existência humana, lançando questionamentos críticos sobre o que é educar, aprender, compreender e dialogar.” Diante

² Busca realizada, em março de 2023, no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, icone “busca por grupos”, utilizando o descritor “alfabetização” termo exato. E ainda, o filtro Grande área: ciências humanas; área: educação. Setor de aplicação, seção: educação; divisão: educação.

disso, é possível afirmar que a hermenêutica pode ser propícia na busca de sentidos da educação, como forma de compreender a racionalidade que está em funcionamento na prática educativa. Em suma, a inspiração na abordagem hermenêutica filosófica neste trabalho ocorre com o intuito de construir um diálogo com propostas tão divergentes no campo da alfabetização, não como forma de chegar a uma verdade, mas como possibilidades de compreensão das diferentes tradições pedagógicas em disputas.

Fundamentação teórica

A tradição é considerada um elemento importante dentro da hermenêutica filosófica de Gadamer. O referido autor encontra na tradição o contraponto para a pretensa exclusividade da razão na busca da verdade. Nesse sentido, Gadamer (2021) problematiza todo o esforço realizado pelo movimento filosófico Iluminismo (séc. XVIII desenvolvido, principalmente, na França, Alemanha e Inglaterra) em desconsiderar a tradição com ênfase a razão. Sendo assim, o Iluminismo se posiciona contrário a qualquer tipo de tradição, que é vista como algo sem sentido e sem valor. Define-se, especialmente, “[...] pela defesa da ciências e da racionalidade crítica, contra a fé, a superstição e o dogma religioso.” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 142).

Assim, o conceito de tradição resgatado por Gadamer discorre que compreender o mundo é, paralelamente, compreender-se como sendo no mundo. O autor enfatiza que não considera nenhum tipo de contradição entre tradição e razão, afirmando que. Para ele a razão faz parte de toda tradição e todos nós, pois “[...] encontramos-nos sempre inseridos na tradição [...]” (idem, p. XX). Logo, fugir da tradição não é possível, pelo fato de que todos estão, inevitavelmente, inseridos nela. Nesse sentido, é necessário considerar que somos produto e herdeiro de uma tradição, a qual vem nos constituindo enquanto sujeitos e cidadãos. E por séculos, houve o apagamento disso em nome da cientificidade que buscou na razão a única possibilidade de chegar a verdade.

No campo da educação há diferentes tradições em jogo, que na maioria das vezes coexistem e de forma consciente ou inconsciente todos fazem parte de alguma delas. E, isso implica em decisões e escolhas no âmbito educacional, ou seja, reflete nas atitudes e no fazer pedagógicos de professores e pesquisadores. Sendo assim, tradição é o que “tem validade sem precisar de fundamentação” (GADAMER, 2021, p.372) e desempenha uma determinada autoridade de forma anônima. Assim, na tradição “O entendimento se opera a partir de algumas expectativas e objetivos que ela herda do passado e de seu presente, mas que nem sempre pode pôr em perspectiva” (GRONDIN, 2012, p.69). Portanto, a continuidade da

tradição é o momento em que há fusão de horizontes ocorre “Nela o velho e o novo sempre crescem juntos para uma validade vital, sem que um e outro cheguem a se destacar explícita e mutuamente” (GADAMER, 2021, p. 405).

Em relação a fusão de horizontes Celant e Garcia (2015, p. 258) afirmam que ocorre no diálogo, na abertura para o diferente

[...] o estabelecimento de uma relação significativa com outro horizonte compreensivo, é possível que ocorra uma interpretação adequada sobre as coisas por meio da compreensão das opiniões do outro, na descoberta de sua posição, seu horizonte compreensivo em relação ao tema em questão, e no deixar-se levar pelo diálogo, envolvendo-se na pretensão de verdade que vem à fala no discurso do outro, o que não implica na mera aceitação da opinião alheia, mas a consciência de tal perspectiva.

Diante disso, compreender significa colocar em jogo os diferentes horizontes, não com o intuito de mudar de opinião ou a própria interpretação acerca de determinado assunto ou acontecimento, mas reconhecer que há distintos posicionamentos e que todos são válidos e estão em disputas. Gadamer, afirma que o conceito de horizonte é “[...] o âmbito da visão que abarca e encerra tudo que pode ser visto a partir de um determinado ponto.” (2021, p. 399). Assim, ao trata de horizonte fala-se dos limites e das estreitezas da consciência pensante que é constituída e formada pelos preconceitos.

Na hermenêutica filosófica de Gadamer o termo preconceito não recebe o significado negativo ou pejorativo, a qual normalmente está associado na sociedade contemporânea. Conforme o referido autor o preconceito também pode ser entendido como pré-juízos, ou ainda, nas palavras de Lawn “A palavra preconceito se divide, etimologicamente, em pré-conceito ou pré-julgamento. O julgamento não é possível sem o ‘pré’ que o acompanha, Todos os julgamentos estão condicionados pelos pré-julgamentos (2011, p. 58)”. Diante disso, os preconceitos são fundamentais para compreensão pelo simples motivo que são eles que formam a pré-compreensão do sentido de um texto, uma carta, de uma obra de arte, entre outros. Assim, a compreensão está diretamente vinculada aos preconceitos que os sujeitos carregam consigo.

Por fim, é necessário reafirmar que a tradição não é a reprodução de habilidades ou práticas passada de geração para geração, ou seja, “não são meramente repetidas como uma linha de produção; tudo aquilo que é transmitido está constantemente num processo de reelaboração, re-processamento e re-interpretação” (LAWS, 2011, p. 55). Sendo assim, as atividades e as concepções de uma determinada profissão, o saber como fazer, agregam conhecimento prático elaborado ao longo da tradição e que estão imersos nos preconceitos e horizontes de cada sujeito.

Resultados e Discussão

Importante frisar que analisar os documentos oriundo de posicionamentos da ABALF ocorreu devido a relevância dessa associação ao campo da alfabetização, pois além de outras peculiaridades agrega professores e pesquisadores de todas as localidades do país e de diferentes níveis da Educação Básica e da Educação Superior. Em seu *site* há a seguinte explanação sobre ela

A Associação Brasileira de Alfabetização (ABAlf), fundada em 2012, é uma organização que tem por, entre outros, objetivos articular, acompanhar e fomentar pesquisas e políticas públicas no campo da alfabetização, agregando a participação de sujeitos e instituições envolvidos com essa temática.(SITE/ABALF/QUEMSOMOS, 2023)

Notavelmente, a ABALF vem se constituindo a mais de uma década em uma tradição pedagógica que visa o diálogo e abertura para o debate visando a fusão de diferentes horizontes. Sendo assim, no posicionamento oriundo da *Carta aberta do IV Congresso de Alfabetização (IV CONBALf, 2019)* e também *Moção pela revogação da política nacional de alfabetização e seus desdobramentos (ABALF, 2022)* é manifestado pelo interesse no diálogo com a instituição federal responsável pela pasta da alfabetização. No primeiro posicionamento, emitido meses após a implementação da PNA fica dito que “Em face dessa realidade, a ABAlf reitera a necessidade do diálogo com os agentes do MEC, pois é urgente dar continuidade ao que se vem construindo ao longo da história da alfabetização neste País, [...]” (*IV CONBALf, 2019, p.01*). No segundo posicionamento, emitido três anos após a mesma reivindicação continua sendo realizada, assim no referido documento fica registrado que “Esse diálogo reiteradamente solicitado tem se colocado para demonstrar as lacunas e equívocos que a PNA traz em seu bojo, que gera prejuízos, retrocessos e rupturas para o campo da alfabetização e da formação continuada de alfabetizadores.” (ABALF, 2022, p.01)

Nos excertos expostos no parágrafo anterior fica evidenciado que houve inúmeras tentativas de diálogo, porém não sendo atendidas. Nesse sentido, importante frisar que “A tradição não é simplesmente um processo que a experiência nos ensina saber e governar, é *linguagem*” (LAWN, 2011, p. 55). Sendo assim, presenciou-se a negação de uma tradição que vinha sendo estabelecida, principalmente pela falta de diálogo consolidado pelo silêncio, por não estabelecer efetivamente uma linguagem verbal com os diferentes sujeitos envolvidos no processo de alfabetização brasileira.

Na contramão disso, fica explícito no decorrer do caderno da PNA (2019) que muitos especialistas estrangeiros foram consultados como, por exemplo, Gombert (França), Beard (Inglaterra), Ehri (EUA), Snow (EUA), esses oriundos, especialmente da área da psicologia, sendo especialista do campo educacional, da genética, do desenvolvimento cognitivo e da linguagem e literacia. Ao recorrer a país Americanos e Europeus pela busca por práticas de

alfabetização baseadas em “evidências científicas” demarca o que Macedo (2022) denúncia como sendo de cunho reducionista e de colonidade. Nas palavras da autora “Tal colonização age no imaginário do colonizado atuando na sua interioridade, resultado da imposição pelos colonizadores de uma imagem mistificada dos seus padrões de produção de conhecimentos e significações.” (MACEDO, 2022, p. 05). Em suma, a europeização e a americanização tornam-se uma aspiração, pois somente elas podem solucionar os problemas da educação, no caso em questão a alfabetização no Brasil.

Diante do exposto, reforça que a falta de diálogo levou os inúmeros professores e pesquisadores do campo da alfabetização do Brasil a receberem a PNA como uma imposição, os quais só tiveram acesso ao produto final e que serviria para ser seguido e aplicado. Assim, ao acessar o caderno da PNA (2019), enquanto texto escrito, entra em jogo os preconceitos dos leitores e dos autores originando uma fusão de horizontes, muitas vezes, com sentidos conflituosos.

Dessa maneira, Gadamer trata da consciência leitora que reconhece as mudanças sendo estabelecidas no decorrer da apropriação do texto, esse que vai causando muito efeitos no leitor. No caso da PNA (2019), os leitores estudiosos do campo da alfabetização alegam e reafirmam a falta de diálogo e que devido a isso acaba sendo gerida na ordem da imposição a todos os principais pesquisadores e professores do país.

Diante disso, é possível explicar que PNA (2019) nega a tradição pedagógica que vem a 40 décadas se consolidando no Brasil em nome de uma cientificidade que foi importada e que busca solucionar com um determinado método todos os problemas da alfabetização. Dessa maneira, “A tradição é essencialmente conservação, e como tal, sempre está atuante nas mudanças históricas” (GADAMER, 2021, p. 373). No entanto, tal negação de uma tradição pedagógica que vem sendo construída à décadas, não ocorre de forma tranquila, principalmente, em um país em que o campo da alfabetização é temática central em 202 grupos de pesquisas que estão devidamente cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil – CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

5 Considerações Finais

No decorrer deste texto buscou-se problematizar algum dos motivos que causaram tanta indignação com a elaboração e implementação da Política Nacional de Alfabetização em 2019, sob a rege de um governo de extrema-direita. Para isso, a análise ocorreu sob os documentos oriundos dos posicionamento da Associação Brasileira de Alfabetização (ABAlf), pois neles há participação dos principais professores e pesquisadores do país e que de certa forma são os sujeitos capacitados e credenciados na produção científica no campo da

alfabetização brasileira.

Nesse sentido, os conceitos de tradição, preconceitos e fusão de horizontes que estão na base da ontologia hermenêutica de Hans-Georg Gadamer contribuíram para a análise dos documentos que serviram de base empírica neste texto. Sendo assim, os posicionamentos analisados ficou evidenciado que houveram inúmeras tentativas de diálogo, porém não sendo atendidas pelo órgãos do governo federal que nas inúmeras tentativas apenas os ignorou. Contrariamente a isso, ficou registrado no decorrer do caderno da PNA (2019) que além de não dialogar com os professores e pesquisadores brasileiros deu voz a especialistas estrangeiros que foram consultados e tiveram suas pesquisas acolhidas pelo documento. Reforçando o caráter de cunho reducionista e de colonidade que torna-se característica da PNA (2019).

A partir dos posicionamentos da ABAlf destacou-se também o caráter impositivo da política. Assim, foi possível explicar que PNA (2019) nega a tradição pedagógica que foi sendo construída no decorrer de 40 anos no país em nome de uma cientificidade que foi importada e que busca solucionar com um determinado método todos os problemas da alfabetização. Diante disso, ao acessar o caderno da PNA (2019), enquanto texto escrito, entrou em jogo os preconceitos dos leitores (professores e pesquisadores brasileiros) e dos autores (na grande maioria estrangeiros) originando uma fusão de horizontes, muitas vezes, com sentidos conflituosos e com distintas concepções acerca do campo da alfabetização.

Referências

ABALF. Moção pela revogação da política nacional de alfabetização e seus desdobramentos. 2022. Acessado em 24 de março de 2023. Disponível em: https://www.abalf.org.br/files/ugd/f293dd_e5adf151be7d40bda8b96f2accc6566e.pdf

BRASIL/MEC. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2019b. 54 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/images/CADERNO_PNA_FINAL.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

CELANT, João Henrique Pickcius; GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. A conciliação nos juizados especiais como fusão de horizontes. In: **Revista Jurídica Cesumar** - Jan./Jun. 2015, v. 15, n. 1, p. 247-263

GRONDIN, Jean. **Hermenêutica**. São Paulo: Parábola, 2012.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**; trad: Flávio Paulo Meurer. 15ª edição – Petrópolis, RJ: Vozes; 5ª reimpressão, 2021.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 4ª ed. Atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

LAWN, Chris. **Compreender Gadamer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MACEDO, Maria do Socorro. **A política de alfabetização do governo Bolsonaro:** reducionismos e colonialidade. Dossiê Formação de professores alfabetizadores: políticas, saberes e práticas. In: Revista Eletrônica de Educação, v. 16, 1-, e, jan./dez. 2022

PERES, Eliane. **Do que aprendemos ao que combatemos:** dez mitos da alfabetização que precisam ser derrubados. In: Revista Brasileira de Alfabetização. Número 16 (Edição Especial) – 2022

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.